

EDIÇÃO EXTRA

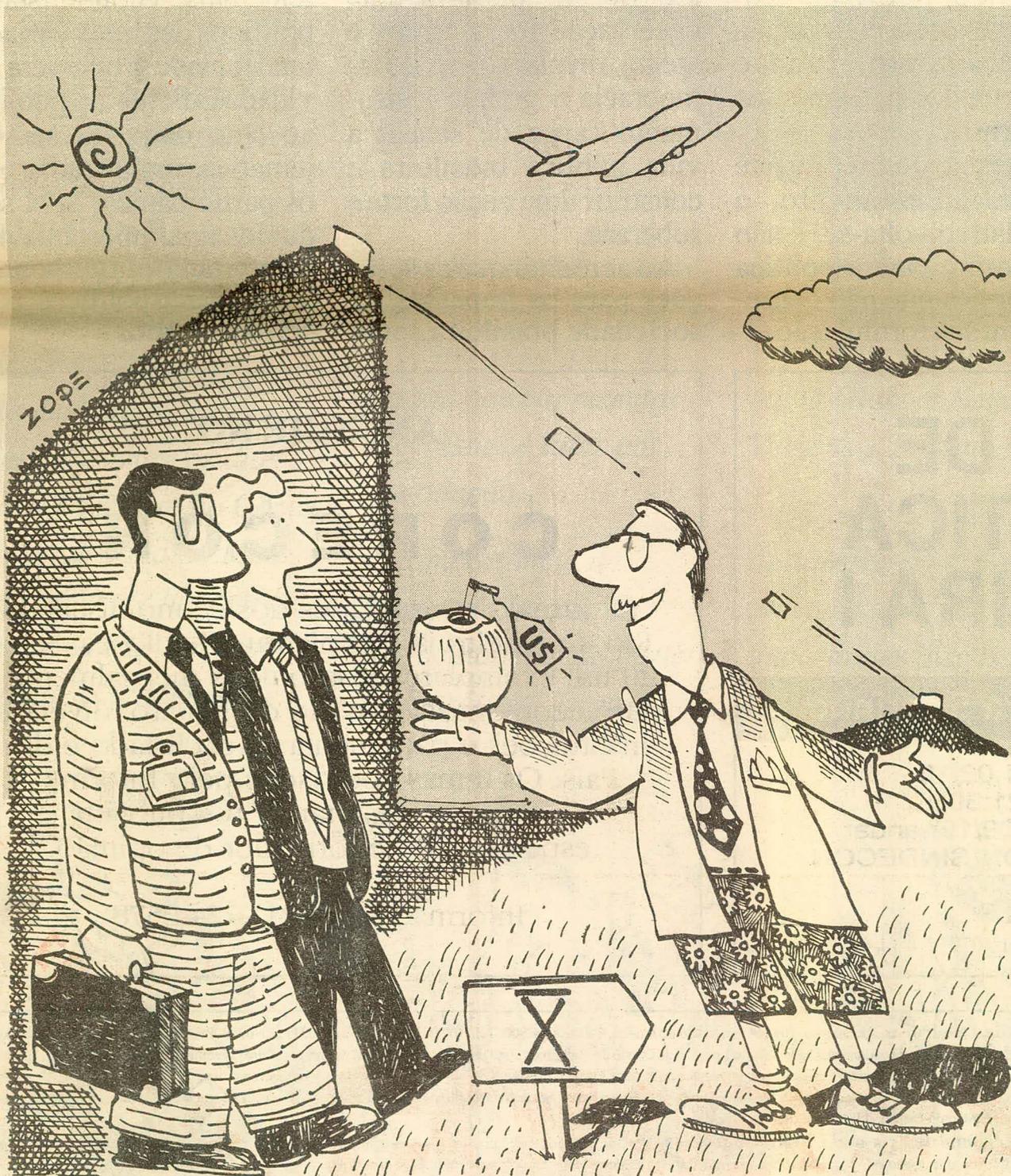
I N F O R M E
CORECON

Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia - 1ª Região do Rio de Janeiro - nº 54 - Outubro 1993

X Congresso Brasileiro dos Economistas
Propostas para enfrentar a crise

Mais de 1.500 economistas de todo o país já confirmaram presença no grande evento da categoria, que começa em novembro. Programa, opiniões e fichas de inscrição nesta edição especial.

Páginas 3 a 8



Entrevista:
J. Carlos de Assis
critica âncora
cambial de
André L. Rezende

Páginas 9, 10 e 11

Enquete:
Economistas
comentam
o projeto
de dolarização

Página 12

Democracia se fortalece na crise

O ano de 1992 entrará na história pela ocorrência de movimento popular que levou ao impedimento do governo Collor.

A indignação popular sintetizava duas legítimas e estratégicas lutas para a afirmação de um estado nacional soberano: a construção de instituições democráticas e, por isso, transparentes, não complacentes, portanto, com a corrupção, filha legítima dos regimes fechados; e a luta contra o neoliberalismo, política econômica concebida na capital do Império, adotado por aqueles que Jean Christophe Rugin denominou de novos bárbaros, caracterizando, portanto, um

novo colonialismo.

No governo Itamar essas duas lutas continuaram a ser travadas pela sociedade brasileira.

À indignação da opinião pública com a impunidade de PC, soma-se o espanto provocado pelas notícias de subornos de deputados, logo sucedido pelo escândalo envolvendo políticos responsáveis pela elaboração do orçamento, função precípua dos parlamentos modernos.

O mesmo descrédito que atinge, no momento, o Legislativo volta-se, e não sem razão, para a política econômica que não conseguiu em sua formulação ul-

trapassar as recomendações do FMI que já tinham sido adotadas pelo finado governo Collor.

Não deve ser surpresa que, diante desse quadro, pessoas ingênuas ou mal intencionadas identifiquem nas instituições democráticas culpa, que só cabe àqueles elementos que foram criados e desenvolvidos no arbítrio. Ao contrário, uma observação mais crítica e atenta revelaria ser a democracia o grande instrumento capaz de sanear a vida pública brasileira e construir uma nação forte e soberana.

Ao acreditar que as soluções para os impasses da sociedade brasileira serão

fruto, não de projetos técnicos definidos nos gabinetes, mas de amplo debate envolvendo todos os segmentos sociais, o sistema COFECON-CORECON's e todas as demais entidades dos economistas estarão realizando, entre 3 e 5 de novembro, o X Congresso Brasileiro dos Economistas.

O evento contará com intelectuais, economistas e políticos das mais variadas tendências e promoverá atividades abertas ao público, ao lado daquelas sessões temáticas organizadas para os participantes. Será sem dúvida um importante momento, tanto em termos técnicos quanto políticos, para nossa categoria.

CURSO DE MATEMÁTICA FINANCEIRA I

Professor: José Dutra Sobrinho

Dias: 29,30/11 e 01,02/12

Horário: 18:30 às 21:30H.

Local: Av. Rio Branco, 109/19º andar

Promoção: IERJ/ CORECON/SINDECON

INFORMAÇÕES

Madalena Pontes - Tel.: 231-1077

ANUNCIE NO

C O R E C O N

O jornal das entidades dos economistas do Rio de Janeiro já completou 50 edições. São 20 mil exemplares distribuídos mensalmente entre economistas do Rio de Janeiro, diversas instituições e parlamentares do Estado e do País. Os temas abordados pelo Informe Corecon se destinam a um público especializado e formador de opinião.

Informações: (021) 224-0578

CORECON/Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro. Av. Rio Branco, 109/19º andar, Rio de Janeiro, CEP 20054-900. Tel.: (021) 224-0578. Fax.: (021) 221-0958. **Presidente:** Maurício Buzanovsky. **Vice-Presidente:** Luiz Antonio Rodrigues Elias. **Conselheiros Efetivos:** Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro Lessa, Luís Otávio de Figueiredo Façanha, Luís Carlos Pires de Araújo, Hélio Oliveira Portocarrero de Castro, Ignácio de Moura Rangel, Sidney Pascouto da Rocha, José Roberto Correia Soeira. **Conselheiros Suplentes:** Eduardo Luiz de Mendonça, Renato Augusto da Matta, Eustáquio José Reis, Rosa Maria Porcaro, José Carlos Negri Periard, Alexandre Baptista Freire, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Melo de Oliveira, Carlos Aguiar de Medeiros. **Secretaria Executiva:** Duvit Regis Kirschbaum. **Secretaria de Fiscalização:** Luiz Sérgio Ribeiro. **Delegacia Regional de Campos:** Denise Cunha Tavares Terra - Av. Dom Bosco, 49. Tel.: (0247) 23-833. **Biblioteca Eginardo Pires:** bibliotecária, Ângela Peixoto.

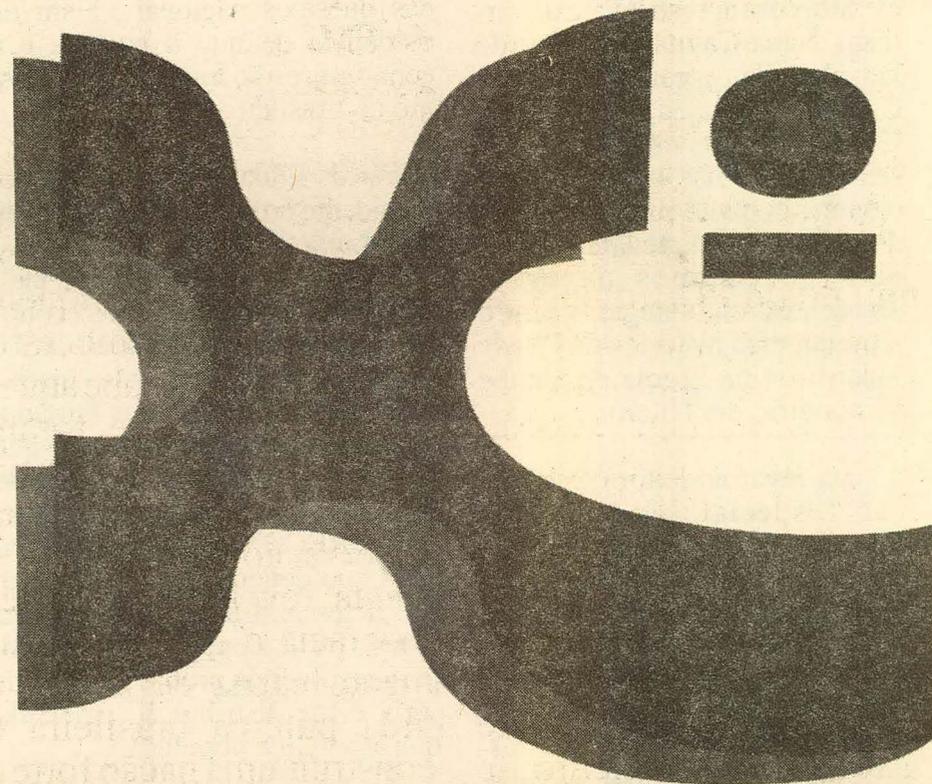
INFORME CORECON/Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro - Diretor Responsável: Luiz Antonio Rodrigues Elias. **Conselho Editorial:** Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Melo de Oliveira, Ricardo Bielschowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, José Clemente de Oliveira.

Coordenação e Edição: Frilas Serviços Jornalísticos Ltda. - Tel. (021) 262-2832. Tel. e Fax: (021)262-7076. **Editora e Jornalista Responsável:** Deolinda Saraiva (MT - 14109). **Editor Assistente:** Bertholdo de Castro. **Reportagem:** Malu Machado, Sônia Jóia e Ted Vidal. **Fotografia:** Wânia Corredo. **Ilustração:** Zope. **Diagramação, Editoração Eletrônica, Fotolito e Impressão:** Tipológica Comunicação Integrada Tel.: (021) 224-1366. **Tiragem:** 20.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição do CORECON/RJ. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

X Congresso Brasileiro dos Economistas

A despeito da crise que abala a estrutura da política nacional, alguns segmentos da sociedade não desanimam e querem contribuir para o aperfeiçoamento da vida do país.

O X Congresso Brasileiro dos Economistas, promovido pelo Cofecon e organizado pelo CORECON-RJ, Sindicato dos Economistas do RJ e Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro, a ser realizado entre os dias 3 e 5 de novembro, no Centro Cultural Cândido Mendes, pretende justamente isso: analisar em profundidade as tendências e



possibilidades de crescimento econômico e social do Estado para apresentar conclusões e lutar por sua adoção.

A importância do congresso atraiu patrocinadores do porte de Petrobrás, Transbrasil,

Rede de Hotéis Othon, Transporte e Banco Boavista e apoio do jornal O Globo e Karvan Viagens e Turismo.

Durante três dias, o Rio de Janeiro deverá ser o palco de uma das mais importantes discussões econômicas da atualida-

de. É esperada a participação de mais de 1.500 economistas de todo o país, de importantes nomes da Economia que ocupam ou já ocuparam cargos no governo, além de especialistas de diversas universidades. Mas os leigos também terão sua vez. Com o intuito de trazer a avaliação da opinião pública em geral, a comissão organizadora do evento criou o sugestivo título "Economista Por Um Dia", encontro que terá como estrelas pessoas do povo, que apresentarão críticas, dúvidas e sugestões para serem debatidas pelos economistas.



A Economia passada a limpo

O leque de abrangência dos temas é amplo (ver programa na página 8), e enfoca, entre outros assuntos, os seguintes debates: Redesenhando o Futuro, O Projeto Nacional, Projeto para o Brasil e Economia e Democracia. Para discutir essas e outras questões, já confirmaram presença diversos participantes, como, por exemplo, Carlos Lessa, professor de Economia da UFRJ; D. Luciano Mendes de Almeida, presidente da CNBB; Ieda Cruzius, ex-ministra do Planejamento; Paulo Rabelo de Castro, vice-presidente do Instituto Atlântico; Maria da Conceição Tavares, professora da UFRJ e presidente do IERJ; Antonio Kandir, ex-secretário de Política Econômica; Vicente de Paula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de S. Bernardo; e o Ministro da Economia, Fernando Henrique Cardoso.

Os debatedores, após uma jornada que deverá ultrapassar 10 horas de discussões diárias, também terão um espaço para relaxar. Os organizadores do congresso prepararam uma variada programação

cultural durante todos os dias do evento, com apresentação dos artistas Nana Caymmi e Eduardo Duzek e dos corais de canto da Cândido Mendes, Comlurb e Cedae. Nas noites de quinta e sexta-feiras (dias 4 e 5), os participantes poderão curtir uma noite de gafeira, na Estudantina - reduto de boêmios na Praça Tiradentes, que integra o centro arquitetônico histórico do Rio de Janeiro - e na Escola de Samba Viradouros, em Niterói.

Para levar ao leitor desta edição especial do Informe CORECON uma idéia do que deverá ser o X Congresso Brasileiro dos Economistas, o jornal ouviu diversas personalidades do quadro nacional e a opinião popular a respeito do evento. As respostas são diversas e as soluções apontadas, as mais variadas possíveis. Em comum, a preocupação com a alta da inflação, pedidos de maior rigor na fiscalização contra sonegadores e na privatização de estatais, serieda-

de por parte dos políticos no trato das questões nacionais, além da evidência de que a política e a economia estão minando o otimismo do brasileiro.

Carlos Eduardo Ferreira Lobo, presidente do Conselho Federal de Economia, acha que o congresso "é a oportunidade adequada para uma reflexão conjunta dos economistas sobre a problemática nacional e as condições de sua superação". O professor Celso Furtado, ex-ministro do Planejamento, que também deverá estar presente no Congresso, antecipa para o Informe CORECON possíveis intervenções que deverá fazer no evento. Ele defende a instauração de um Estado forte, além de democrático, para resolver os problemas de miséria e má distribuição de renda que atingem a população.

Já o motorista de táxi Jorge Pimentel, de 60 anos, defende maior fiscalização na atuação das grandes indústrias e a privatização. Mas existem pessoas que ressaltam a

importância da cultura do país como instrumento de informação e politização do povo, como é o caso da maestrina do Coral da Comlurb, Wally Borghof. O regente do coral da Cândido Mendes, Adeilton Bairral, acredita que a participação em um congresso desse porte abre espaço para a divulgação de trabalhos que também são relevantes na preservação da cultura brasileira, e outro maestro, Marcos Leite, do coral da Cedae, acha a participação dos músicos ajudará as pessoas a se sentirem mais abertas para desenvolver seus pensamentos no evento, pois a arte tem o poder de instaurar o alto astral entre todos.

Nas páginas seguintes, estão selecionados depoimentos de alguns dos participantes do Congresso, como o ex-deputado Marcio Moreira Alves e a professora Maria da Conceição Tavares, de patrocinadores, de populares entrevistados pelo jornal, além de informações sobre o programa e organização do X Congresso Brasileiro dos Economistas.

Xº CONGRESSO BRASILEIRO DOS ECONOMISTAS

Ficha de Inscrição

NOME DO PARTICIPANTE: _____

INSTITUIÇÃO: _____ UNIDADE: _____

A) ENDEREÇO DA INSTITUIÇÃO: _____

TELEFONE: _____ FAX: _____ CEP: _____

CIDADE: _____ ESTADO: _____

B) ENDEREÇO RESIDENCIAL: _____

TELEFONE: _____ FAX: _____ CEP: _____

CIDADE: _____ ESTADO: _____

PREFERE RECEBER A CORRESPONDÊNCIA NO ENDEREÇO: A) DA INSTITUIÇÃO () B) RESIDENCIAL ()

TABELA DE PREÇOS:

PROFISSIONAIS DE ECONOMIA (Em dia com a anuidade) US\$ 15*
 ESTUDANTES DE ECONOMIA US\$ 10*
 DEMAIS PROFISSIONAIS US\$ 25*

(*) Valor do dólar comercial (venda) do dia anterior.

INSTRUÇÕES PARA INSCRIÇÃO:

Preencher a Ficha de Inscrição e remetê-la por Fax ou Correio para a Comissão Organizadora do Xº Congresso Brasileiro dos Economistas - CORECON - 1ª Região - Av. Rio Branco, 109 - 19º and. - Centro - Rio de Janeiro, acompanhada de comprovante de depósito bancário em favor de Xº CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMISTAS - BANCO BOA VISTA - AGÊNCIA RJ - AVENIDA - 002 - CONTA CORRENTE Nº 06.0000.408-4 e o comprovante de anuidade paga no CORECON de sua região.

O recibo definitivo será entregue por ocasião do credenciamento.

Mais informações: CORECON - RJ (021) 224-0578 FAX (021) 221-0958

Conjuntura brasileira será analisada

Os patrocinadores do Congresso estão otimistas. Eles acreditam, assim como Arthur João Donato e Carlos Lobo, que o encontro discutirá e apontará soluções para os problemas nacionais.

O impacto que o Congresso certamente terá perante a opinião pública e a importância das questões a serem debatidas são dois dos principais fatores que mobilizam patrocinadores e organizadores do X Congresso Brasileiro dos Economistas. Jarbas Nogueira, gerente de Marketing do jornal O Globo, diz que o veículo tem por princípio associar-se a movimentos ou a eventos que tenham como objetivo analisar o Brasil, sua realidade, seus aspectos econômicos e sociais.

"O X Congresso Brasileiro dos Economistas vai fazer tudo isso e mais ainda: vai analisar as possibilidades do país em termos de economia, de estado e de democracia com vistas a preparar hoje o Brasil de amanhã", acrescenta Nogueira. Ele destaca, também, o alto nível dos debatedores e participantes aliado a uma iniciativa "extremamente democrática, que é a de oferecer ao cidadão comum a oportunidade de dizer o que pensa e como pensa que deve ser o país do futuro."

Segundo Nogueira, para os economistas o congresso representa a oportunidade de mostrar a preocupação que a classe tem com o futuro do Brasil. E para o Brasil, pros-

segue, o evento é a oportunidade de reunir algumas das mais brilhantes cabeças do país em torno dos problemas existentes e na busca de soluções.

A opinião é compartilhada pelo gerente da Divisão de Marketing do Banco Boavista, que também patrocina o congresso, Antonio Carlos Gabriel: "O Banco Boavista apóia eventos em geral que tenham alguma identidade com a instituição. Nesse caso, especificamente, há propostas e temas que vão ao encontro de seus clientes". Outro detalhe que influencia o apoio, afirma ele, diz respeito à parceria com promotores de eventos, como é o caso do Centro Cultural Cândido Mendes.

"O evento vai contar com a participação de nomes importantes da Economia do país, contribuindo para a participação de um público muito importante para o Boavista. Para os economistas, é uma boa oportunidade de reverem uma série de conceitos e projetos que foram colocados no passado para a população de um modo geral, à luz do pensamento da sociedade", conclui Gabriel.

Aposta no sucesso

"O alto nível dos palestrantes dá bem uma idéia de como será o Congresso. Ao tomar conhecimento da programação, qualquer pessoa certamente apostará no sucesso do evento. A cobertura da mídia deverá ser plena. Por isso, tudo indica que quem lucrará será a classe

de economistas, que mais uma vez terá a oportunidade de apresentar suas propostas em relação às soluções para a economia do país".

Arthur João Donato,
Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro.

Balizador de idéias

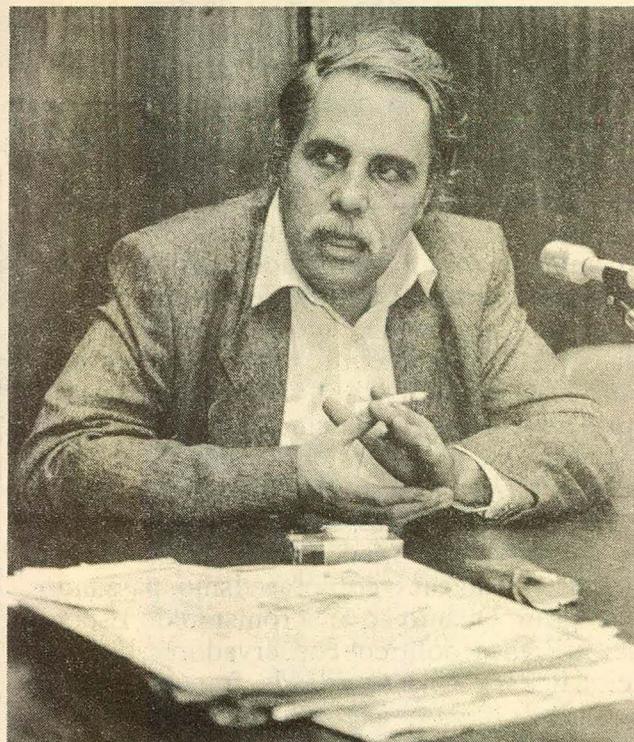
"É a oportunidade adequada para uma reflexão conjunta dos economistas sobre a problemática nacional e as condições de sua superação. A categoria necessita definir novas posturas e condições de inserção na sociedade para responder à inquietude do profissional e do cidadão brasileiro. O momento da realização desse evento poderá vir a marcar uma nova etapa histórica na forma de atuação da categoria e de suas entidades representativas. O Congresso deve ser balizador de idéias que estejam em conso-

nância com o entendimento e as aspirações do conjunto da população. O encontro nacional dos economistas necessita ser um catalisador, sem sectarismos de qualquer ordem, das contribuições provenientes dos vários segmentos profissionais. Os participantes necessitam romper com as medidas de ajustes temporários para encontrar um caminho de desenvolvimento mais sedimentado para o futuro."

Carlos E.F. Lobo,
Presidente do Conselho Federal de Economia.



Maurício Buzanovsky,
Presidente do Corecon/RJ, um dos responsáveis pela organização do Congresso



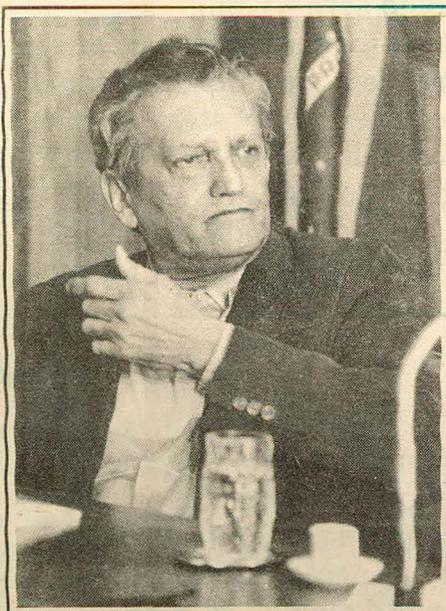
Carlos Lessa,
ex-diretor do BNDES, é uma das personalidades com presença garantida no encontro

EM PRIMEIRA MÃO

A palavra de quem conhece

Celso Furtado,
ex-ministro do Planejamento

“A ilusão do desenvolvimento levou à idéia de que no Brasil os problemas se resolveriam sozinhos. Mas a boa verdade hoje em dia é que nós continuamos acumulando atraso na compreensão de nosso problema. Eu diria mesmo que, nós, os economistas de minha geração, chegamos a explicar os mecanismos do subdesenvolvimento, mas não demos diretrizes de como sair disso. Primeiro, tem que se reconhecer a coisa simples: o Brasil tem hoje 30 milhões de pessoas famintas. É preciso que se saiba que não se sai desta situação por mais se cresça, se não houver reformulação profunda do sistema. Não se trata de produzir mais, porque o Brasil hoje produz pelo menos dez vezes mais do que há 20, 30 anos, e a fome não apenas continua como é maior, porque se desorganizou o mundo agrário e a população veio para a cidade sem emprego. É o problema da exclusão social, da não incorporação de grandes contingentes no processo de produção. A sociedade civil não exerce poder. O poder no Brasil não se difunde, e está extremamente concentrado. Excluir qualquer parte da população de inserção no sistema de produção, de qualquer acumulação de conhecimento ou de patrimônio, a exclui também de qualquer organização que atue no plano da política”.



Maria da Conceição Tavares,
presidente do IERJ

“Cabe aos representantes de uma profissão, por muitos considerada maldita, que ocupam proeminentes cargos no setor público discutir as questões fundamentais relacionadas ao Estado. Mas os desafios colocados pela reconstrução do Estado não podem ser compreendidos em termos estritamente técnicos e econômicos. Os problemas do Estado vão muito além da Economia e não se limitam aos visíveis desequilíbrios financeiros e funcionais do Executivo. Existem, também, dificuldades sérias de coordenação entre Executivo, Legislativo e Judiciário. Os três poderes se movem por lógicas diferentes. Não se trata de corporativismo, nem de predominância da lógica privada no aparelho de Estado. Trata-se de uma representação simbólica e real de interesses contraditórios em que cada instância de poder se conduz de acordo com uma perspectiva autocentrada. O Executivo briga pelo controle da gestão do aparelho de Estado. O Judiciário, por um corpo de leis, complexo e contraditório, que precisa ser cumprido. E o Legislativo, pelas prerrogativas de representação de uma sociedade descosturada, heterogênea, minada por particularismos que exprimem que não há caminho e que o caminho se faz ao caminhar”.



Márcio Moreira Alves,
ex-deputado e jornalista.

“É necessário que se faça uma reflexão sobre a eficácia da democracia representativa, que está em crise não apenas no Brasil, mas também na Rússia, com a fujimorização de Yeltsin, no Peru e na Itália. Além disso, pesquisas realizadas na Suíça e na Alemanha comprovaram a desilusão dos jovens com a democracia. No Brasil, acredito que a democracia será formalmente mantida, mas temo que o Executivo apele em alguns momentos para intervenções de força que dificilmente serão rejeitadas pelo Congresso Nacional ou pelos legislativos estaduais. A sociedade brasileira tem uma relação ambígua com a democracia, em função da predominância de valores autoritários em nossa cultura e prática política. Nossas elites ainda não purgaram o arrependimento de terem libertado os escravos. E as esquerdas, quando assumem o poder, também não estão imunes à tentação autoritária. É difícil ficar livre do autoritarismo num país como o Brasil, com tal nível de analfabetismo e de concentração de renda. A esfinge do Estado mínimo, que as elites brasileiras vêm erigindo ultimamente, não tem bases sólidas. Não consigo pensar o Brasil, com seu enorme território e com tantas diferenças geográficas, políticas e regionais, sem a intervenção moderadora do Estado na economia. O que precisamos fazer é atacar o corporativismo, passando a pagar melhor o bom funcionário. Quanto ao anacronismo do Estado Nacional, basta lembrar que, na França, políticos conservadores, ligados ao que há de mais tradicional e rico na sociedade francesa, estão patrocinando teses protecionistas contra a competição dos norte-americanos e japoneses. Sua defesa do mercado interno é tão incisiva, que não há petista no Brasil que vá tão longe”.

Renato Archer,
ex-ministro da Ciência e Tecnologia e da Previdência Social e presidente da Embratel.

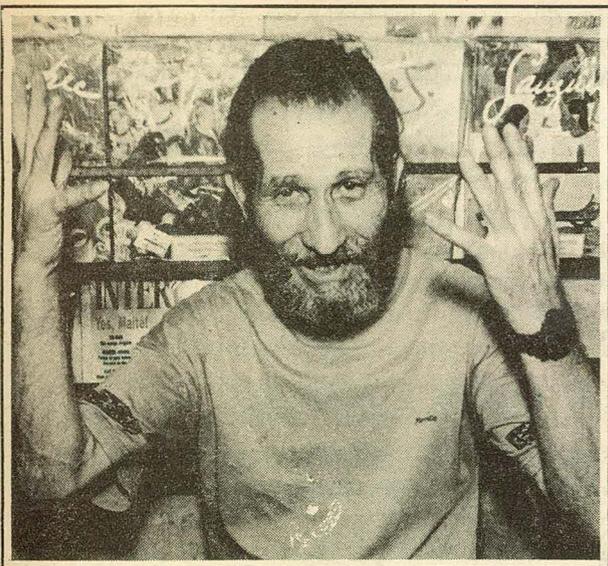
“A oposição entre mercado e planejamento não passa de uma falsa questão, que só preocupa os que desconhecem os mecanismos efetivos de funcionamento dos países capitalistas que lideram a atual revolução científica e tecnológica. O Brasil pode retomar o desenvolvimento em bases sustentadas e elaborar um projeto nacional viável, sem ter que romper as regras do jogo democrático. É possível exercitar mecanismos de poder que permitem a um país formular políticas econômicas e estratégias de desenvolvimento que atendam aos interesses nacionais. É essencial rever a dimensão do Estado brasileiro, não para enfraquecê-lo, reduzi-lo a proporções tão ínfimas que ele não possa dar uma contribuição de peso à geração de empregos. É uma ilusão pensar que o Estado deve privatizar obrigatoriamente todas as suas atividades. Ele pode privatizar algumas áreas, como a siderurgia, onde sua entrada foi um passo absolutamente necessário para fazer frente à reconhecida escassez de capital privado em décadas passadas. Mas privatizar tudo é uma proposta irresponsável e inviável.

A tese de que a globalização da economia é inexorável e torna obsoletas as instituições e fronteiras nacionais não tem sustentação sólida. Quem examinar o que está acontecendo hoje no Mercado Comum Europeu verá que as dificuldades da integração são muito maiores do que se imaginava.”



Valderson da Rosa Guimarães,
33 anos, camelô

“Tem que haver moralização da política nacional, que anda muito conturbada. Abriria escolas, melhoraria a saúde pública, que anda mal das pernas, diminuiria as taxas de juros, entre outras atitudes. O Brasil precisa de soluções rápidas”.

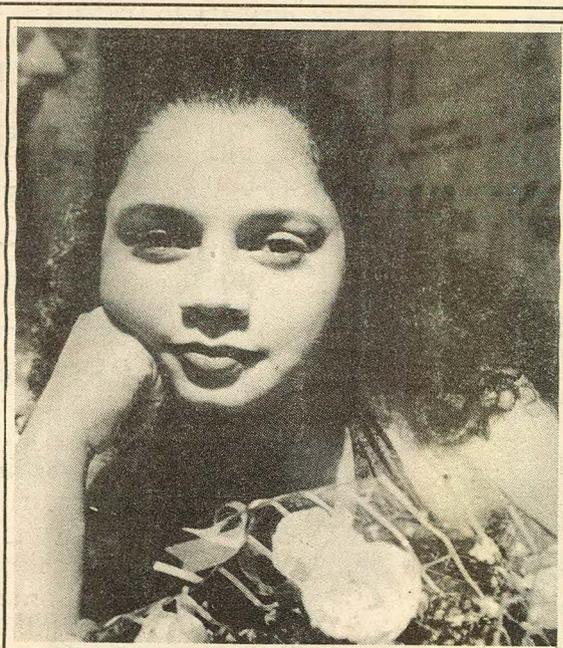


Ivo Palermo,
50 anos, jornalista.

“Em primeiro lugar, melhoraria o governo que aí está. O país está sem uma condução de sua política econômica. Para melhorar o governo, é necessário que haja uma politização do povo brasileiro, e isso infelizmente não acontece. Fiscalizaria o comércio, que tem apresentado variação de preço muito grande, além do que é permitido. Faria mais fiscalização, principalmente nos grandes empresários, que andam sonogando muito. Quem paga imposto neste país é o pequeno comerciante. Mas o governo não é o único culpado. Todos temos que colaborar”.

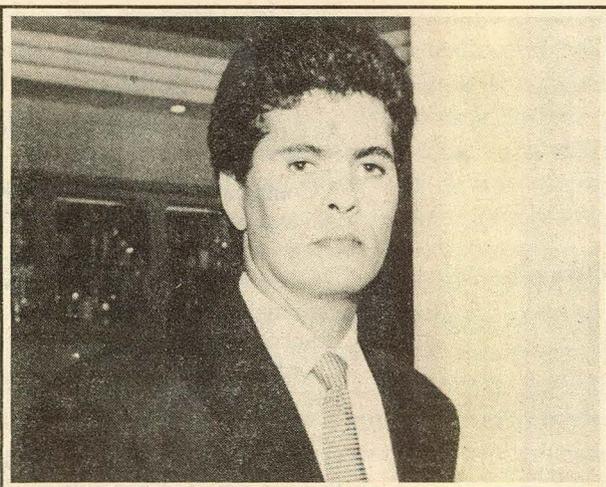
A VOZ DO POVO

O que você faria se fosse ministro por um dia?



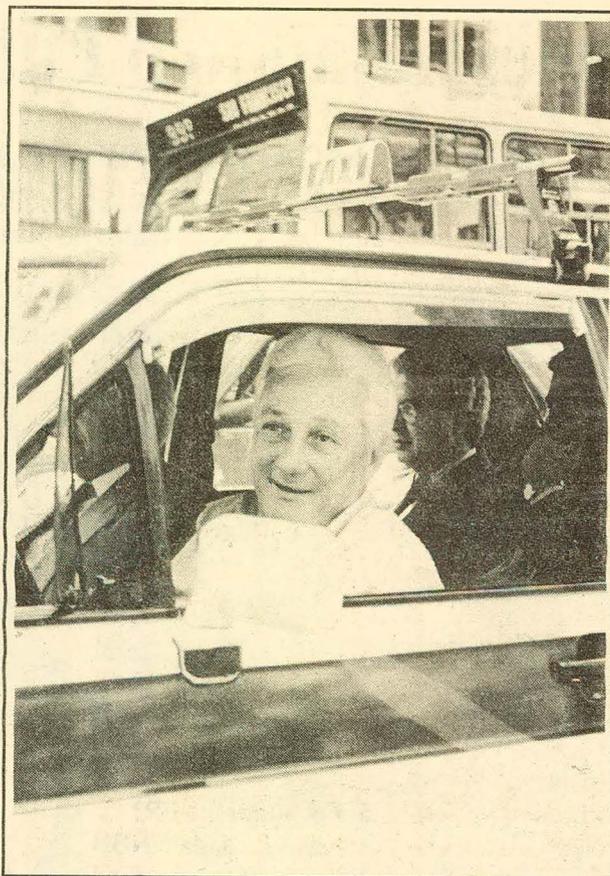
Maria Cristina da Silva,
22 anos, vendedora ambulante.

“Reduziria drasticamente o lucro dos empresários, que está muito alto. Além disso, empregaria da melhor maneira possível o dinheiro público. Aumentaria também os salários e daria uma diminuída nesse constante aumento dos combustíveis. O petróleo é nosso, e por isso não vejo necessidade em tantos aumentos. Se o petróleo sobe, tudo sobe, encarecendo todos os custos”.



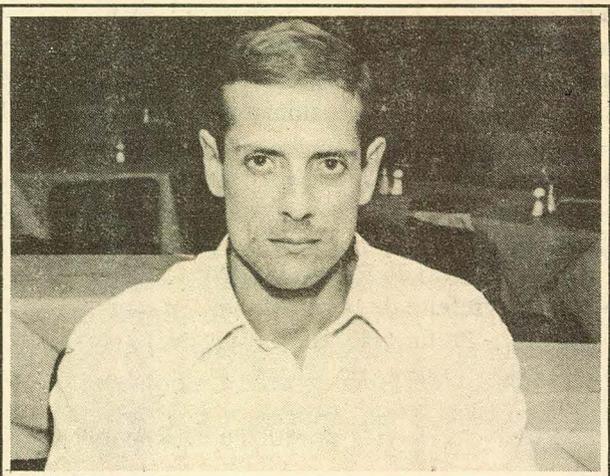
José Nilson Gomes,
32 anos, maitre de restaurante

“Tem que diminuir os gastos públicos e acabar com a corrupção que aí está, incomodando a todos. Acho que deveria haver maior fiscalização nas empresas, para evitar mais sonegação. E também deve haver uma diminuição nos salários dos parlamentares”.



Jorge Pimentel,
60 anos, motorista de táxi.

“Faria com que as grandes indústrias fosse mais fiscalizadas. Não aumentaria a carga tributária do país, que já está muito alta. Além disso, privatizaria todas as empresas do governo. Acho, entretanto, que a Petrobrás deveria ser vendida para um grupo nacional, cabendo ao governo sua administração. É muito importante, também, que a corrupção seja abolida do país, porque do jeito que está não dá”.



Caio Cesar Pacífico Marques,
36 anos, sócio de restaurante

“Primeiro, diminuiria o número de parlamentares do Brasil, além de promover um enxugamento da máquina administrativa do Estado. Vejo no país muita gente empregada, porém sem eficiência nenhuma. A manutenção daqueles que não fazem nada é um dos principais fatores que contribuem para aumento da inflação. Acho o ministro da Fazenda muito em cima do muro. O Brasil precisa de medidas mais concretas num momento como este”.

Redesenhando o Futuro: Economia, Estado e Democracia

PROGRAMAÇÃO DO ESPAÇO TÉCNICO

Divididas em 42 Mesas Temáticas, distribuídas nos mini-auditórios da Faculdade Cândido Mendes - Centro, serão apresentadas e debatidas as propostas individuais ou de grupos de economistas, versando sobre temas regionais ou nacionais onde o melhor projeto ou uma fusão de vários projetos será incorporado ao Plano Global do Congresso.

Destacam-se como participantes

das Mesas Temáticas, personalidades do porte de Herbert de Souza (Betinho), Edmar Bacha (Assessor Especial do Ministro da Fazenda), Fábio Erber (Diretor do BNDES), Cândido Mendes (Presidente do CICS/UNESCO), Juan Carlos Casas (Jornalista Econômico/Argentina) e Álvaro Adolpho T. Santos (Presidente da DATAMEC).

Mesas Especiais

Dia 03/11/93

11:00 h. Tema: Redesenhando o Futuro

Participantes:

Carlos Lessa - Professor de Economia - UFRJ

D. Luciano Mendes de Almeida - Pres. da CNBB

Vicente de Paula (Vicentinho) - Pres. do Sindicato dos Metalúrgicos de S. Bernardo

Mediador:

Raphael de Almeida Magalhães, ex-ministro da Presidência Social

19:00 h. Tema: O Projeto Nacional

Palestrante:

Fernando Henrique Cardoso - Ministro da Economia

Mediador:

Renato Archer - Ex-ministro da Ciência e Tecnologia e Presidente da Embratel

Dia 04/11/93

11:00 h. Tema: O Presente

Participantes:

Maria da Conceição Tavares - Professora UFRJ

Décio Munhoz - Professor de Economia - Ex-presidente do CORECON

Roberto Macedo - Professor de Economia e Administração - USP

Mediadora: Ieda Cruzius - Ex-ministra do Planejamento, Professora e Consultora

19:00 h. Tema: O Novo Estado e a Nova Sociedade

Participantes:

César Maia - Prefeito do Rio de Janeiro

Tarso Genro - Prefeito de Porto Alegre

Paulo Hartung - Prefeito de Vitória

Reinaldo Lessa - Prefeito de Maceió

Mediador:

Aureliano Chaves, Ex-vice-presidente da República e Ex-ministra das Minas e Energias

Dia 05/11/93

11:00 h. Tema: Um Projeto para o Brasil

Participantes:

Luciano Coutinho - Professor do Instituto de Economia da UNICAMP

Paulo Rabelo de Castro - Vice-presidente do Instituto Atlântico

Antonio Kandir - Engenheiro, doutor em Economia, Ex-secretário de Política Econômica

Mediador:

Dorothea Werneck - Ex-Ministra do Trabalho e Consultora

19:00 h. Tema: Economia e Democracia

Palestrante: Walter Barelli - Ministro do Trabalho

“ECONOMISTA POR UM DIA”

Através de anúncios veiculados em O GLOBO, o cidadão será convidado a inscrever-se junto à Comissão Organizadora do Congresso e, uma vez selecionado, apresentará sua proposta Econômica que será comentada por ex-ministros, nas seguintes datas:

dia 03/11/93

13:00 h. Raphael de Almeida Magalhães - Ex-ministro da Previdência Social

17:30 h. Renato Archer - Ex-ministro da Ciência e Tecnologia e presidente da Embratel.

dia 04/11/93 09:30 h. Ieda Cruzius - Ex-ministra do Planejamento, professora e consultora.

17:30 h. Aureliano Chaves, Ex-vice presidente da República.

dia 05/11/93

09:30 h. Dorothea Werneck - Ex-ministra do Trabalho e consultora.

PROGRAMAÇÃO CULTURAL

Dia 03/11/93

13:00 h. Canto Coral (Coral Comlurb)

21:00 h. Eduardo Duzek

Dia 04/11/93

13:00 h. Canta Vinicius (coral Cândido Mendes)

21:00 h. Nana Caymmi

22:30h. Gafieira Estudantina

Dia 05/11/93

13:00 h. Coral SESC-Tijuca

22:00 h. Grande Festa de Encerramento na quadra do G.R.E.S. Unidos de Viradouro

O Espaço Cultural estará aberto a todos os interessados em apresentar suas performances artísticas. Bastando para tanto, a prévia inscrição para seleção, junto a Comissão Organizadora do Congresso

HOSPEDAGEM

Os participantes do Xº Congresso Brasileiro dos Economistas terão direito a descontos especiais nas passagens aéreas e hospedagem, desde que façam suas reservas através da Karvan Viagens e Turismo - rua México, 148 - sl. 1002 - Tel. e Fax (021) 220-6907 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031

Opções de Hospedagem

		SGL	DBL
Rio Othon Palace	5* Praia de Copacabana	US\$ 70	US\$ 78
Leme Othon Palace	4* Praia do Leme	US\$ 53	US\$ 58
Trocadero Othon	3* Praia de Copacabana	US\$ 40	US\$ 44
Savoy Othon	3* Copacabana	US\$ 36	US\$ 39
Aeroporto Othon	3* Centro	US\$ 31	US\$ 35

As tarifas incluem café da manhã, acrescidos de 10% de taxa de serviço.

A Companhia Aérea oficial do Xº Congresso Brasileiro dos Economistas é a Transbrasil, que está oferecendo 40% de desconto nas passagens reservadas via Karvan.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Para mais informações, contatar a Comissão Organizadora no CORECON-RJ - Av. rio Branco, 109 - 19º and. - Centro - Rio de Janeiro Tel.: (021) 224-0578/221-0958. Ou, a Coordenação de Relações Externas da Faculdade Cândido Mendes - Centro - Tel.: (021) 531-2363

O pagamento será feito no ato da inscrição, conforme tabela abaixo:

Profissionais de Economia em dia com a anuidade	US\$ 15*
Estudantes de Economia	US\$ 10
Demais Profissionais	US\$ 25*

(*) Dólar da véspera.

O X CONGRESSO BRASILEIRO DOS ECONOMISTAS é uma promoção do Conselho Federal de Economia e organizado pelo Conselho Regional de Economia - 1ª Região, Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro e Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro.

ÂNCORA CAMBIAL

“Uma proposta pornográfica”

A criação de uma nova moeda lastreada no dólar seria a consagração do apartheid social no país, legitimando a existência de uma moeda podre para os pobres e uma indexada para os ricos. A solução para o problema da inflação brasileira não virá de um projeto mandatário do governo, mas através de um amplo pacto social entre empresários e trabalhadores baseado em uma política de rendas para o controle de preços, salários e taxas de juros.

Esta é a opinião do jornalista José Carlos de Assis, ex-assessor de política econômica da CNI e editor do boletim “Momento Nacional”, que lança este mês o livro “Plano Ômega”, analisando as tentativas de articulação de um pacto social no país e as razões de seu fracasso. Ele avalia que hoje as condições estão maduras e o caminho aberto. À sociedade civil cabe tomar a iniciativa do pacto e ao governo, ao invés de inventar outra moeda, compete acabar de vez com a segunda moeda já existente, as LBCs, cuja liquidez diária inviabiliza qualquer política de estabilização.



J. Carlos Assis: “A forma como opera o overnight, já é em si mesmo uma outra moeda”

CORECON: Especula-se hoje que o plano de combate à inflação do governo deve trazer alguma espécie de âncora para nossa moeda, seja cambial ou monetária. A proposta do André Lara Resende de criação de um Conselho da Moeda é vista como um caminho provável. Qual a sua avaliação?

ASSIS: É natural que nesse período que antecede qualquer iniciativa mais forte do governo no combate à inflação se tenha especulações de todo lado. Mas uma coisa que para mim é surpreendente é que um estudo acadêmico desprezioso do André Lara Resende tenha se transformado em um dos eixos possíveis para a reforma, tenha sido levado a sério como uma coisa a ser implementada. Esta não é uma proposta indecente, é uma proposta pornográfica, fazer uma dupla moeda na economia, consagrando ou chancelando definitivamente uma coisa que já existe e que por sinal foi inventada pelo próprio André quando estava no Banco Central. A forma como opera o “overnight”, o tipo de título que foi concebido que é a Letra do Banco Central (LBC), que rende por dia, já é em si mesmo uma outra moeda. Já existem duas moedas. Mas agora ele quer lastrear em divisas a moeda dos ricos e deixar a moeda do pobre mais podre do que já está. Eu acho isso uma coisa acintosa. É uma proposta oriunda do mercado financeiro, no interesse dos ricos e afortunados. E o surpreendente é que esteja sendo levada a sério do ponto de vista político.

CORECON: O que deve fazer o governo hoje?

ASSIS: Quem deve agir hoje, mais do que o governo, é a sociedade civil. A trilha para o pacto social já foi aberta em 88. O compromisso que foi feito em 88 - o “Compromisso Social Pelo Combate à Inflação e Pela Retomada do Desenvolvimento Econômico” - só não foi para a frente porque o Mailson da Nóbrega sabotou. Estava ali uma proposta de combate à inflação através de mecanismos negociais. A idéia era combater a inflação através de uma política de rendas, com controle simultâneo de preços, salários e taxa de juros. Isto viria acompanhado de um programa de retomada dos investimentos em infraestrutura, na época através de conversão da dívida externa. Hoje já não seria exatamente isso, porque o problema externo já foi mais ou menos encaminhado. Deveria haver hoje uma iniciativa dos empresários e dos trabalhadores, sem um patrocínio inicial formal do governo. Não pode ser uma coisa que o governo invente, mas na qual ele se integre. O pacto tem que nascer da sociedade.

CORECON: O acordo da dívida externa foi satisfatório?

ASSIS: Mesmo que não seja um acordo bom em todos os aspectos, é um acordo melhor do que o que foi feito pelo Mailson em 88, que é um acordo inominável, pois nos comprometemos a pagar todos os atrasados da dívida sem nenhuma contrapartida

dos banqueiros. Naquele documento, já defendíamos a idéia de que a questão da dívida externa deveria ser enfrentada por instrumentos não convencionais. Já dizíamos que deveria haver um rebate no estoque da dívida e que, para o pagamento dos juros, seria necessária a criação de algum mecanismo de salvaguarda contra eventuais altas das taxas. Quando o Bresser propôs uma securitização da dívida com rebate foi ridicularizado por todo mundo da elite conservadora brasileira, como o Roberto Campos. Tudo isso aconteceu depois, mas não por iniciativa do Brasil, mas por políticas do próprio Estados Unidos. O efeito prático da atual negociação foi um desconto de 30%. Foi o mesmo que fizeram com o México e a Argentina. Se o Brasil endurecesse, poderia ter conseguido 40%. Sempre nos acusaram de ser fantasiosos. Mas quando a coisa aconteceu ninguém disse que era a nossa proposta, antes acusada de leviana e não realista.

CORECON: O empresariado não tem tomado nenhuma iniciativa no que se refere a controle de preços. Muito pelo contrário, o que vigora hoje é uma visão neo-liberalista. O que o faz pensar que pode surgir uma iniciativa desse setor?

ASSIS: A maior dificuldade que eu vejo é justamente do lado do empresariado. Porque boa parte do

empresariado está ganhando muito com a situação atual. Na verdade, o maior obstáculo é que se criou uma institucionalidade financeira e monetária em que as pessoas ganham com a inflação ou pelo menos se defendem dela. Mesmo os assalariados, os que estão empregados, como têm uma defesa parcial contra a inflação, acabam se acomodando. Olham os que estão em pior situação e também se vêem como privilegiados. Quem perde é quem não tem emprego formal e quem não tem proteção alguma, o povão. Quem está empregado no Brasil é menos da metade da população.

CORECON: Como esperar, então, uma iniciativa desses setores?

ASSIS: Já existe uma consciência de que com a continuidade da situação atual, todos vão perder. O Albano Franco, por exemplo, da CNI, está estudando a idéia de um pacto. O Medeiros, da Força Sindical, também. O Lula também já falou nisso, não com este nome. Acho que está se formando na sociedade uma visão de que uma política de rendas pactuada é o único caminho para um real combate à inflação.

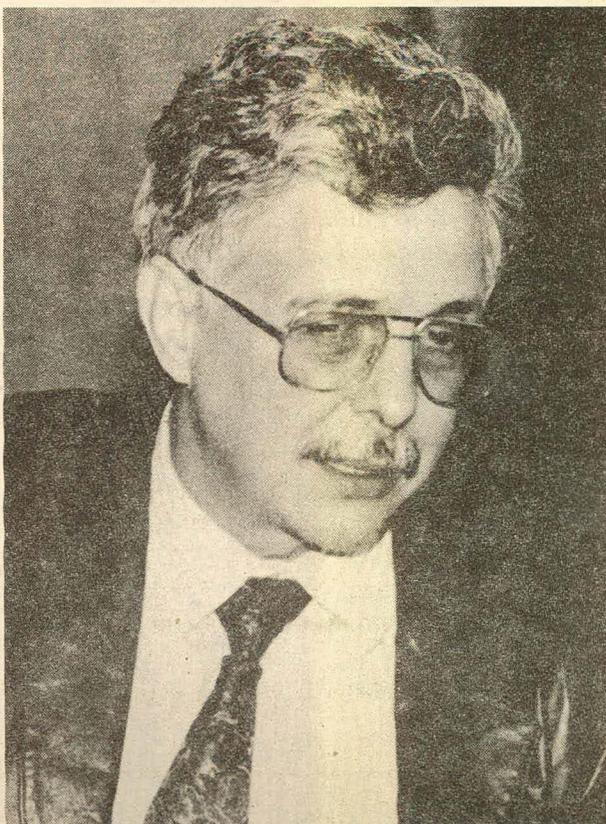
CORECON: Todas as tentativas de pacto social anteriores não tiveram sucesso. O que inviabilizou as outras iniciativas não poderia agora também provocar seu fracasso?

ASSIS: Uma política de rendas, para valer, nunca se tentou no Brasil. Uma política de rendas com mecanismos de negociação em que se possa controlar simultaneamente preços, salários e taxas de juros. Isto funciona quase naturalmente nos países desenvolvidos. Dizer que o mercado é que regula é uma brincadeira. Na Alemanha, no pós-guerra, se conseguiu estabilizar a economia através de um grande acordo. A Bélgica foi a primeira a fazer o pacto social no pós-guerra. A Europa continental inteira saiu da enorme desordem econômica provocada pela devastação da guerra através de mecanismos pactuados de políticas de renda. Aqui isso nunca foi tentado para valer. Pois, obviamente, para isso, o governo teria de abrir mão de sua arrogância mandatória e parar de estipular por ele mesmo preços e salários. Isso tem de ser feito por acordo, fundamentalmente por contratos coletivos de trabalho.

CORECON: Que mecanismos deveriam constar desses contratos coletivos?

ASSIS: Fundamentalmente, deve-se considerar as possibilidades de salário dentro das possibilidades das empresas. Os acordos de salários são indiretamente acordos de preços. Por que? Porque a empresa trabalha com a perspectiva de estabilidade de seus preços. Ela não poderia aumentar demais os preços em uma economia estabilizada. Quando uma empresa vai discutir salários, ela vai discutir a partir de um parâmetro de preços de seus produtos e não ficar nessa corrida de salários e preços maluca.

CORECON: Você acredita que a desindexação é certa, qualquer que seja o plano de combate à inflação que está por vir?



“Já existem duas moedas. Agora, André quer lastrear em divisas a moeda dos ricos e deixar a moeda do pobre ainda mais pobre do que já está”.

ASSIS: Obviamente. A desindexação não é necessariamente acabar com a correção monetária para tudo. É acabar com a moeda remunerada. É uma mudança institucional, pois se tem de eliminar um tipo de título público remunerado diariamente, e, sobretudo, realizar uma mudança operacional no Banco Central.

CORECON: A “caixa-preta” já foi aberta. Você defende que tipo de mudança operacional no Banco Central?

ASSIS: Foi muito importante a iniciativa do ministro Fernando Henrique de abrir a “caixa-preta”. Isso mostrou que, ao contrário do que muitos pensam, não é o Banco Central que financia o Tesouro, mas o Tesouro é que costuma financiar com superávit tributário o Banco Central. O que deve ser feito agora é transformar o BC em um banco que trabalhe com redesconto, como qualquer Banco Central do mundo. Nosso Banco Central é atípico. Ele hoje emite um título - a LBC - cuja rentabilidade diária é dada pelo “over”. É um título líquido. Em qualquer lugar do mundo, os títulos emitidos pelo Banco Central têm um prazo e uma tabela com taxas de redesconto ou um rendimento pós-fixado. Se o sujeito precisa de liquidez, ele pode trocar o título por moeda com um desconto. Ele tem uma liquidez punitiva, a alguma taxa de juros.

CORECON: Se conseguiria então mercado para títulos de médio e longo prazo.

ASSIS: Da forma como funciona hoje, não tem nem sentido um título a prazo na economia brasileira. Todos os títulos são à vista. Não precisa nem mais compromisso de recompra, nada disso. Hoje é automático. O princípio em si, baseado na idéia da moeda remunerada, é um princípio fortemente alimentador da inflação. O Banco Central, no início do mês, diz na verdade qual vai ser a inflação do mês. Não tem política monetária possível, não tem política de controle de preços possível em um sistema desses. Para mim a questão central é esta: o “over” tem que ser eliminado da forma como está sendo operado hoje. É preciso acabar com a moeda financeira na economia. A essência é a seguinte: você liquida a dívida pública e oferece títulos de longo prazo, mesmo indexados, mas de longo prazo.

CORECON: Como liquidar a dívida pública?

ASSIS: Pagando.

CORECON: Mas o governo está às voltas com as dificuldades de fechar seu orçamento. Como faria isso? Emitindo moeda?

ASSIS: Emitindo moeda. Isto não é mais inflacionário do que já é a existência de uma moeda indexada. O que está no “over” hoje é moeda. O cara pode ir lá sacar e gastar na hora que quiser. Se você fizer uma comparação internacional, a totalidade do que está girando hoje no “over”, no fundo, no fundo, é moeda. A chamada base monetária em qualquer país do mundo é hoje de 9%, 10% do PIB. No Brasil, isto está em torno de 1,5%, 2% do PIB. Isto significa que o que hoje está registrado como dívida pública, é moeda.

CORECON: O caminho adotado pelo governo de promover o ajuste fiscal e, com este objetivo, acelerar as privatizações, é então um caminho equivocado?

ASSIS: está em torno de 8% do PIB, enquanto na Itália, com inflação anual de um dígito, é mais de 100% do PIB, nos Estados Unidos, mais de 50%.

CORECON: Os esforços do governo em obter uma reforma na Constituição com relação à questão tributária são então inócuos para o combate à inflação, já que o ajuste fiscal não é o problema.

ASSIS: A Constituição deveria ficar do jeito que está. Mudá-la não vai alterar em nada as condições de implantação de uma política de estabilização. É uma besteira dizer que os capitais internacionais não vêm para cá por causa da diferenciação entre empresa nacional e estrangeira. Veja-se o caso da indústria automobilística. É outra besteira dizer que os direitos trabalhistas impedem as contratações. Quando a moeda for estabilizada, as empresas vão investir e vão contratar.

CORECON: No plano Cruzado, a desindexação levou a uma corrida do dinheiro que estava no mercado financeiro para os ativos reais. O que

deveria ser feito para evitar isso?

ASSIS: Isso será evitado com o pacto social, com mecanismos negociados de controle de preços, através de câmaras setoriais e de uma política de rendas. Vai ter um período de transição tumultuado, como todo período de transição é, mas se for realizado o pacto, a inflação vai acabar. Vai ter um aumento de demanda. Ótimo, eleva-se a produção correspondente. Você não pode deixar isso solto, numa política econômica liberal.

CORECON: O confisco de moeda seria aceitável em sua opinião?

ASSIS: O congelamento de moeda é um absurdo. O que ocorre, como ocorreu, é um grande bloqueio na circulação. O nível de atividade caiu 40%. E foi uma estupidez, porque depois reconstituíram o "over" do mesmo jeito.

CORECON: O fim do "over" não viria sem uma grande resistência dos grandes conglomerados financeiros. Seria possível um pacto sem esses setores?

"A dupla moeda na economia é uma questão de poder, é um instrumento de dominação social através de um apartheid econômico".

ASSIS: É verdade, mas os grandes mesmo, como o Bradesco, conseguiriam se adaptar e ganhar dinheiro sem a inflação. A maior resistência viria das instituições intermediárias, dos bancos especulativos. Estes, que são o núcleo ideológico das propostas mais anacrônicas como a do André, vão resistir. Não que com isso estes percam dinheiro. Apenas terão reduzida a velocidade de ganho. Para enfrentar as resistências é que é preciso o pacto. O pacto supõe que, através da persuasão, se possa conseguir uma adesão de parte considerável do sistema financeiro.

CORECON: Tudo parece muito simples em sua opinião. Mas a execução deste pacto não é algo fácil politicamente.

ASSIS: A dupla moeda na economia ou a moeda remunerada na economia é uma questão de poder, é um instrumento de dominação social através de um apartheid econômico. Portanto, é difícil acabar com isso justamente porque é uma briga política, é uma briga de poder real. Desde Marx, se sabe que a ideologia da sociedade é a ideologia da classe dominante. Com isso, a dificuldade não é só do lado do capital, mas também dos assalariados, que, ao invés de lutar contra a inflação, preferem brigar pela indexação dos salários. Muitos dirigentes sindicais acham que a briga central é correr atrás da inflação.

Não adianta, porque a inflação acelera e toma tudo de volta. Eles aí estão sendo aliados da classe dominante.

CORECON: Com todas essas dificuldades, por que você avalia que agora estão maduras as condições para uma investida definitiva contra a inflação?

ASSIS: Eu só acredito que isso pode acabar no governo Itamar porque acredito que se chegou a um limite. A sociedade está cansada. É impossível continuar convivendo com a inflação. Eu acho que, hoje, uma parte da CUT já está convencida disso. A Força Sindical, do Medeiros, também já tem clareza na necessidade de acabar com a inflação. E os empresários também vêem que é preciso sair desse ciclo e ganhar dinheiro de outra maneira.

CORECON: Mas a equipe econômica está dividida.

ASSIS: É verdade. Uma parte quer o regime monetário implantado na Argentina e a outra está concentrada no déficit. Não chega a um consenso. Mas eu vejo isso com uma grande satisfação, pois significa que do nível tecnocrático não vai sair nada. Podemos ficar sossegados no que diz respeito à edição de algum pacote mandatório baseado num dos dois diagnósticos errados. Além disso, o ministro Fernando Henrique declarou mais de uma vez que não pretende impor qualquer programa sem alguma forma de suporte social, e o presidente Itamar que a participação da sociedade na definição dos rumos do governo.

CORECON: Você não teme a vinda de um plano eleitoral com a proximidade das eleições gerais de 94?

ASSIS: Não, porque acho que o Fernando Henrique tem caráter. Quem está falando em plano eleitoral? É Delfim, é Maluf, gente que não tem caráter. Essa idéia de fazer plano eleitoral só passa pela cabeça dos chantagistas.

O cardume mais valioso do mundo.

No começo era apenas uma sigla estranha: 1-RJS-9A. Trocando em miúdos, a sigla do poço que levou à descoberta de petróleo na Bacia de Campos. Foi uma descoberta histórica que deu origem ao Campo de Garoupa.

Sucessivamente, foram então surgindo os peixes de um dos cardumes mais ricos do mundo: Enchova, Corvina, Cherne, Bonito, Marlim, Barracuda, Albacora e muitos outros.

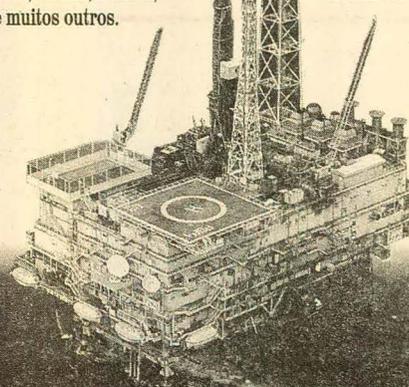
Hoje, em toda a Bacia de Campos, há um total de mil peixes, mil poços.

Mil formas para provar a eficiência e a alta tecnologia da Petrobrás na exploração e produção de petróleo.

Mil razões para agradecer e homenagear a região onde esse cardume se multiplica.



Uma história brasileira de sucesso.



Nova moeda made in USA

“A ideologia neo-liberal está tomando ares de loucura.” Essa frase foi usada pela professora Maria da Conceição Tavares, durante um seminário na Escola Superior de Guerra (ESG) sobre a revisão constitucional. No seminário, Conceição criticou fortemente a proposta do Fundo Monetário Internacional (FMI) ao ministro Fernando Henrique Cardoso, para que o Brasil criasse o “currency board”, conselho da moeda, que administraria uma moeda paralela ao cruzeiro real, indexada ao dólar e às reservas cambiais. A professora foi categórica em afirmar que esse seria o fim da soberania do Estado brasileiro. Tendo como ponto de partida as explicações da professora, o CORECON perguntou a alguns economistas suas opiniões sobre uma possível dolarização da economia nacional, a seguir transcritas.

Márcio Henrique Monteiro de Castro

Coordenador de política econômica do Cofecon

“Concordo que a idéia de dolarização não tem pé nem cabeça. Um dos pontos constitutivos para se ter um Estado é a existência de uma moeda nacional. A proposta de dolarização compromete a soberania brasileira, da mesma forma que se fosse proposto o fim das forças armadas.

Além disso, a nossa economia está absolutamente desarmada. A crise não é maior porque a desvalorização cambial protege a indústria nas concorrências estrangeiras. Na hora em que se segurar o câmbio, a indústria nacional irá quebrar.

É bom frisar que não existe a



Economistas temem ameaça à soberania nacional

saída para o combate à inflação, o conjunto de políticas que incluem todos os instrumentos clássicos e heterodoxos. A política de combate à inflação deve ser, portanto, eclética.

A única certeza que já se pode ter sobre o combate à inflação é que, no Brasil, está se acentuando com a recessão. Por isso, uma política antinflacionária deve ser feita dentro de uma política de crescimento da economia. Mas crescer não é tudo. Para atingir esse crescimento é necessário combater a inflação de todas as formas.”

Paulo Nogueira Batista Jr.

Professor da FGV - SP

“A dolarização da economia é sem dúvida uma opção por abdicar da soberania monetária do país. Não vejo nenhum sentido nisso. A inflação deve ser combatida de outras formas. Como, por exemplo, com o equilíbrio das contas do governo, redução do déficit público, de

maneira a possibilitar uma reforma monetária. Essa é a essência da questão.”

Adhemar Mineiro

Vice-presidente do Sindicato dos Economistas - RJ

“A idéia de atrelar a moeda nacional, seja direta - dolarização - ou indireta - conselho da moeda -, encurta o raio de manobra do Estado, regredindo a sua autonomia. O “currency board” não é uma solução. Aparentemente se permitiria que a moeda de especulação se ligaria a essa nova moeda, enquanto que o dinheiro do trabalhador, os salários, viraria uma moeda ruim para o mercado.

É uma medida injusta que privilegiaria poucos. Não representa uma solução para o conjunto da sociedade. O combate à inflação deverá se dar com uma articulação de todos os setores da sociedade, negociando um projeto novo de país.”

Antônio Carlos Porto Gonçalves

Professor da FGV-RJ e UFF

“Todas as propostas que estão sendo apresentadas visam combater a inércia inflacionária. A grande dificuldade é fazer com que o governo adote uma disciplina orçamentária. Essa é muito mais difícil, pois é onde se encontram os privilégios. Quem tem privilégios não abre mão. Nessa lista de privilégios estão a reserva de mercado, a estabilidade do serviço público, os subsídios fiscais, entre outros. O problema é que estamos discutindo o molho ao invés de discutirmos o prato principal.”

Flávio Castelo Branco

Professor da UFF e economista da CNI

“Dolarização em estrito senso é difícil de ocorrer nas condições atuais do Brasil. A fixação de uma moeda padrão é absolutamente primitiva e equivale à perda de autonomia monetária, o que é uma questão grave. Mas soberania de emitir uma moeda sem valor é realmente uma soberania?”

A dolarização tem servido, nos países em que foi historicamente adotada, como forma de disciplina fiscal. Se é uma atitude necessária, depende de cada país e do rumo que esse país irá dar ao seu regime monetário e fiscal. Um sistema de dolarização poderia ser adotado por algum tempo, como recurso para que, mais tarde, se consiga emitir uma moeda nacional realmente forte. Mas, para o Brasil, essa medida dependeria de um regime fiscal e monetário específico.”

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR 52.2246/86



IMPRESSO